

PUBLICIDADE LEGAL

MUNICÍPIO DE VALE REAL

EDITAL Nº 015/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 010/2026

Objeto: Aquisição de equipamentos odontológicos – Portaria SES nº 395/2022. Data e horário da sessão: 30/04/2026 - 14:00 horas. Local da Sessão Pública: Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br. Modo de Disputa: Aberto, art. 56 - I, da Lei 14.133/2021, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio eletrônico. Esclarecimentos: Diretamente pela plataforma de licitações Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br.
MARCELO ANTÔNIO BETTEGA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VALE REAL

EDITAL Nº 016/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 011/2026

Objeto: Aquisição de materiais diversos. Data e horário da sessão: 04/05/2026 - 09:00 horas. Local da Sessão Pública: Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br. Modo de Disputa: Aberto, art. 56 - I, da Lei 14.133/2021, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio eletrônico. Esclarecimentos: Diretamente pela plataforma de licitações Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br.
MARCELO ANTÔNIO BETTEGA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VALE REAL

EDITAL Nº 017/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 012/2026

Objeto: Aquisição de mudas nativas. Data e horário da sessão: 05/05/2026 - 09:00 horas. Local da Sessão Pública: Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br. Modo de Disputa: Aberto, art. 56 - I, da Lei 14.133/2021, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio eletrônico. Esclarecimentos: Diretamente pela plataforma de licitações Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br.
MARCELO ANTÔNIO BETTEGA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VALE REAL

EDITAL Nº 014/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 009/2026

Objeto: Aquisição de veículo, equipamentos e materiais permanentes – Proposta 13245103000125001/Fundo Nacional de Saúde. Data e horário da sessão: 04/04/2026 - 09:00 horas. Local da Sessão Pública: Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br. Modo de Disputa: Aberto, art. 56 - I, da Lei 14.133/2021, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio eletrônico. Esclarecimentos: Diretamente pela plataforma de licitações Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br.
MARCELO ANTÔNIO BETTEGA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS VALOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026
PROCESSO Nº 28/2026

Objeto: Registro de preços com vistas à contratação de empresa especializada para provável fornecimento e instalação de grama sintética artificial, destinada à revitalização, adequação, manutenção e melhoria de áreas externas entorno de prédios públicos municipais do município (menor preço por item). Recebimento das propostas: de 15 de abril de 2026 até 04 de maio de 2026, às 09h00min. Abertura das propostas e início da sessão de disputa: 04 de maio de 2026, às 09h01min, no <https://blcompras.com>. Os interessados poderão obter o Edital e seus anexos nos seguintes endereços eletrônicos: <https://blcompras.com> e www.pmfv.rs.gov.br. Informações: no Setor de Licitações, de 2a a 6a-feira, das 08 às 12 e das 13:30 às 17h, (55) 3328-1133, ramal 205, ou pelo e-mail: pmlicita@pmfv.rs.gov.br.
Fortaleza dos Valos/RS, 13 de abril de 2026.
Paulo Cesar Marangon, Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Farroupilha

CHAMAMENTO PÚBLICO/CRENCIAMENTO Nº 06/2026

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas que tenham interesse em obter permissão de uso de espaço público para instalação, operação e manutenção de mobiliário urbano do tipo totem nas proximidades da escadaria da Rua Delmo Kerber, Bairro 1º de Maio, Farroupilha/RS, conforme Decreto Municipal nº 7.796, de 22 de janeiro de 2026.

Período de credenciamento: 15 de abril a 08 de maio de 2026.

Maiores informações através do telefone (54) 2131-5302 ou no site: www.farroupilha.rs.gov.br.

SALOMÃO MALCON ADMINISTRAÇÕES E PARTICIPAÇÕES LIMITADA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS CNPJ: 89.322.580/0001-47 NIRE: 4320027853
Ficam os senhores sócios da SALOMÃO MALCON ADMINISTRAÇÕES E PARTICIPAÇÕES LIMITADA ("Sociedade") convocados para comparecerem na Reunião de Sócios da Sociedade no dia 23 de abril de 2026, às 11h30, em primeira convocação, e às 12h do mesmo dia, em segunda convocação, a ser realizada na sede da Sociedade, localizada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua dos Andradas nº 1560, Sobrelaje, Galeria Malcon, bairro Centro Histórico, CEP 90026-900, com a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico da Sociedade, correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (iii) fixar a remuneração dos administradores da Sociedade. Toda a documentação pertinente à ordem do dia estará disponível para acesso na sede da Sociedade. Porto Alegre (RS), 13 de abril de 2026. Renato Malcon-Administrador; Maurício Dutra Jung Malcon-Administrador.



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO (ELETRÔNICO) N. 90007/2026

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de materiais impressos a serem utilizados nas Eleições Gerais de 2026. EDITAL: sites www.gov.br/compras e www.tre-rs.jus.br a partir desta data. SESSÃO PÚBLICA: 30-4-2026 às 14 horas, no site www.gov.br/compras.

ANA GABRIELA DE ALMEIDA VEIGA

Diretora-Geral

MELSON TUMELERO S.A.

CNPJ Nº 92.860.238/0001-05 NIRE Nº 433.000.255-78

CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede social da Companhia, na Rua Antonio Carlos Berta, nº 475, conjunto 401, em Porto Alegre/RS, às 9:30 horas, no dia 30 de abril de 2026, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Aumentar o capital para de R\$ 10.400.000,00 para R\$ 21.000.000,00, mediante a capitalização de reservas de lucros; b) Criação da Reserva Estatutária para Investimentos; c) alterar o artigo 13 do Estatuto social que trata da representação da companhia; d) aprovar a consolidação do Estatuto social da Companhia; e) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2024 e em 31.12.2025; f) deliberar sobre a destinação dos resultados dos exercícios de 2024 e de 2025, e a distribuição de dividendos; g) fixar a remuneração dos Administradores; Porto Alegre, 14 de abril de 2026.
MARIVALDO ANTONIO TUMELERO
Diretor

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS, COOPERATIVAS E AGROINDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO DE RIO GRANDE/RS, SÃO JOSÉ DO NORTE/RS E SANTA VITÓRIA DO PALMAR/RS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS, COOPERATIVAS E AGROINDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO DE RIO GRANDE/RS, SÃO JOSÉ DO NORTE/RS E SANTA VITÓRIA DO PALMAR/RS, entidade sindical de primeiro grau, inscrita no CNPJ sob o nº 90.787.359/0001-43, com sede na Av. Portugal, nº 156, Bairro Cidade Nova, CEP 90211-041, Rio Grande/RS, endereço eletrônico sindalimentosrg@gmail.com, telefone (53) 3232-7787, neste ato representado por seu presidente, conforme disposições legais e estatutárias, vem, através do presente edital, convocar todos os trabalhadores, sócios e não-sócios, das empresas de bebidas em geral; sucos e concentrados; de balas, chocolates, mandolates, etc.; de beneficiamento de frutas e legumes; de refinação e moagem de sal; de óleos vegetais de soja, arroz e outros; de milho, mandioca, (moínhos em geral), de rações de todos os tipos; de engenhos de arroz e seus beneficiamentos; de aviários e criações de aves; de panificação, confeitaria, biscoitos e massas; de torrefação e moagem de café; de pesca e seus derivados; de laticínios e seus derivados; de trigo; de carnes e seus derivados em geral; de temperos, condimentos, corantes e conservantes alimentares em geral; de mel, adoçantes e outros; de sorvetes, gelo e outros gelados; de refeições industriais; de doces e conservas alimentícias em geral; de beneficiamento e tratamento de sementes; de beneficiamento e secagem de grãos em geral; de alimentação em geral não mencionada nos grupos citados, bem como, das empresas da alimentação no setor de matéria-prima para a industrialização de alimentos, de Rio Grande/RS, São José do Norte/RS, Santa Vitória do Palmar/RS, e Chui/RS; os empregados da empresa BUNGE ALIMENTOS S/A – unidade Rio Grande/RS, sócios e não-sócios do sindicato; os empregados da empresa CAMIL ALIMENTOS S/A – unidade Rio Grande/RS, sócios e não-sócios do sindicato; todos com data-base em 1º de junho, para a ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, em primeira chamada, às 18h, e, não havendo quórum, em segunda e última chamada, às 18h30min, tendo por local, a sede da entidade sindical, conforme endereço acima, para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA:
1 – Discussão e deliberações acerca da Pauta de Reivindicações para as negociações coletivas referentes à Convenção e/ou Acordo Coletivo de Trabalho relativo à data-base 1º de junho de 2026, a ser encaminhada aos integrantes da categoria econômica (empresas e entidades sindicais patronais);
2 – Autorização ao presidente do sindicato, ou a quem ele delegar amplos poderes, como as Comissões de Negociação da entidade sindical, e da FTI Alimentação/RS, para constituir procuradores, promover a negociação coletiva de trabalho junto aos representantes patronais, firmar ou não firmar Convenções e/ou Acordos Coletivos de Trabalho com os integrantes da categoria econômica, podendo aceitar ou rejeitar propostas, inclusive acordos aditivos;
3 – Autorização ao presidente do sindicato, ou a quem ele delegar amplos poderes, para o ajuizamento de Protesto Judicial, e, em caso de malogro nas negociações, ajuizamento de Dissídio Coletivo de Trabalho, contestar Dissídio Coletivo de Trabalho, bem como para firmar acordos judiciais;
4 – Discussão e deliberações sobre o valor a ser descontado dos integrantes da categoria profissional em folha de pagamento, é recolhido aos cofres da entidade sindical para fins assistenciais, bem como para o custeio do Sistema Confederativo, na forma da Constituição Federal de 1988 e da Consolidação das Leis do Trabalho, garantindo o direito à oposição dos(as) trabalhadores(as) não associados(as) na própria assembleia, ou, na hipótese de ausência justificada, por motivo de saúde ou de trabalho, em até 05 dias úteis, contados da realização da assembleia, mediante requerimento escrito de próprio punho, e assinado pelo(a) interessado(a), a ser entregue pessoalmente na secretaria da entidade sindical, em horário comercial, das 08h às 11h30min, e das 13h30min às 18h.
5 – Assuntos Gerais.

Rio Grande/RS, 13 de abril de 2026.

RICARDO ROSA BARROS

Presidente do Sindicato

BALDO S/A - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO
CNPJ Nº 91.473.678/0001-47 - NIRE Nº 43300013600.

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA: Convocamos os Senhores Acionistas da Baldo S/A Comércio, Indústria e Exportação, com sede em Encantado/RS, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na Rua Heitor Alexandre Peretti 385, Encantado, RS, 95960-000, às 09:00 horas do dia 25 de abril de 2026, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. Em regime de ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - a) Apreciação e votação do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025, publicada no Jornal do Comércio de Porto Alegre em edição de 26/02/2026, págs. 5 e 6 e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet - <https://flip.jornaldocomercio.com/edicao/impressa/14004/26022026.html> b) Destinação do Lucro Líquido e ratificação sobre crédito e/ou pagamento de juros sobre o capital próprio e sua imputação aos dividendos; 2. Em regime de ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - a) Deliberação sobre a reforma parcial do Estatuto Social da Companhia, mediante alteração dos artigos 3º, 5º, 6º, 12º, 13º, 14º, 15º, 17º a 21º, 25º, 28º, 30º, 31º e 32º; b) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; c) Fixação da remuneração global dos administradores; d) Deliberação sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, incorporando as alterações estatutárias aprovadas no item "2. a)"; e) Outros assuntos de interesse da sociedade.
Encantado, RS, 14 de abril de 2026. ARLINDO PLÁCIDO BALDO - Diretor Presidente.



BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

CNPJ/MF nº 92.692.979/0001-24

NIRE 43300013651

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convidamos os Senhores Acionistas da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios a comparecer a Assembleia Geral Ordinária que será realizada dia 23 de abril de 2026, às 10 horas, na Rua Caldas Júnior, nº 108 - 4º andar, em Porto Alegre - RS, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; 3. Deliberar sobre a proposta de Orçamento de Capital elaborada para fins do Art.196, da Lei nº 6.404/76; 4. Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos Administradores, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal; 5. Eleger membros do Conselho de Administração, e 6. Eleger membros do Conselho Fiscal efetivos e respectivos suplentes. Nos termos do parágrafo primeiro do Art. 126, da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários. Com o objetivo de organizar os trabalhos da Assembleia, o instrumento de mandato e os demais atos societários que comprovem a regularidade da representação podem, a critério do acionista, ser depositados na sede da Companhia, na Rua Caldas Júnior, nº 108 - 4º andar - Unidade de Governança Corporativa, preferencialmente, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data prevista para a realização da Assembleia Geral. Os documentos relativos aos itens da Ordem do Dia encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na Sede Social da Banrisul S/A Administradora de Consórcios.

Porto Alegre, 14 de abril de 2026

Flávio Pompermayer

Presidente em Exercício - Conselho de Administração



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO

DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA NOTARIAL E REGISTRAL - COOPNORA

CNPJ nº 07.714.057/0001-00 | NIRE 43400092731

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DIGITAL

A Presidente do Conselho de Administração da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA NOTARIAL E REGISTRAL - COOPNORA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 22, caput, do Estatuto Social, convoca os Cooperados que nesta data, somam o número de 4.742 (quatro mil setecentos e quarenta e dois), para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DIGITAL, transmitida em tempo real, a partir da Sede do Núcleo Geração da Unicred do Brasil, localizada Av. Praia de Belas, 1212, 8º andar, Torre Norte, bairro Praia de Belas, no município de Porto Alegre/RS, em razão de uma melhor estrutura de áudio e vídeo para a realização do evento, no dia 28/04/2026 (vinte e oito de abril de dois mil e vinte e seis), mediante participação e votação à distância, via sistema eletrônico, em primeira convocação às 12h (doze horas), com a presença de 2/3 (dois terços) dos Cooperados em condições de votar; em segunda convocação às 13h (treze horas), com a presença da metade mais um dos Cooperados em condições de votar, ou, em terceira e última convocação às 14h (quatorze horas), com a presença de no mínimo 10 (dez) Cooperados em condições de votar, para deliberarem sobre os seguintes assuntos da ORDEM DO DIA:

EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

- Prestação das contas dos órgãos de administração, acompanhada dos pareceres do Conselho Fiscal e da auditoria independente, compreendendo:
 - Relatório de Gestão;
 - Balancos dos 2 (dois) semestres correspondentes ao exercício findo em 31/12/2025;
 - Demonstrativo das sobras ou perdas;
- Destinação das sobras ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da Sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos estatutários;
- Eleição dos membros do Conselho Fiscal, cujo mandato se estenderá até a posse dos que vierem a ser eleitos na AGO de 2029;
- Fixação do valor da cédula de presença dos membros dos Conselhos de Administração e do Conselho Fiscal, bem como do valor da remuneração da Presidente e do(s) Vice-presidente(s);
- Aprovação da Política de Remuneração e Benefícios da Diretoria Executiva;
- Aprovação da Política Sistemática de Conformidade;
- Outros assuntos de interesse do quadro social (de caráter não deliberativo).

EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

- Alteração e consolidação do Estatuto Social da Cooperativa, em sua versão integral, especialmente para adequá-lo ao modelo sistêmico da Unicred do Brasil e à regulamentação do Banco Central;
- Outros assuntos de interesse do quadro social (de caráter não deliberativo).

NOTAS:

- A Assembleia se realizará em formato digital, modalidade essa amparada pelo Art. 43-A, da Lei 14.030/2020, pelo Art. 17-A, da Lei Complementar nº 130/2009, bem como pela Seção III, Capítulo II, Anexo VI - Manual de Registro de Cooperativa, da Instrução Normativa DREI nº 81/2020.
- Para todos os efeitos e fins legais, considerar-se-á a Assembleia como se realizada na sede da Cooperativa. O acesso ao ambiente digital pelo Cooperado se dará por meio do seu Internet Banking ou aplicativo Mobile Unicred, identificando-se a partir dos dados cadastrais e senha eletrônica. Após login, no caso do Mobile, o Cooperado deverá selecionar o ícone "Assembleia". No Internet Banking, que deverá ser acessado pelo site <https://coopnora.com.br>, (necessário realizar a instalação prévia do módulo de segurança), o Cooperado deverá selecionar o ícone "Assembleia Digital".
- Maiores detalhes estarão disponíveis para visualização e download, no site <https://coopnora.com.br>, ícone de "Assembleia", a partir do dia 15/04/2026 (quinze de abril de dois mil e vinte e seis).
- O Cooperado Pessoa Jurídica, que tiver mais de um representante legal, será representado na Assembleia pelo primeiro representante que acessar o ambiente da Assembleia Digital e registrar sua presença. Caso o representante legal apto a votar também seja Cooperado Pessoa Física, o procedimento de acesso será o mesmo informado no Item III, não sendo necessário realizar login através da conta de Pessoa Jurídica. O voto do Cooperado Pessoa Física que também for representante de Pessoa(s) Jurídica(s) terá peso proporcional às matrículas pelas quais o Cooperado for responsável nos itens de votação. Os demais representantes não estarão excluídos de participar.
- Cooperados menores de 18 (dezoito) anos não possuem direito à voto, tampouco de serem votados. Cooperados maiores de 18 (dezoito) anos possuem direito à voto e a serem votados.
- O ambiente digital da assembleia poderá ser acessado a partir da internet de computador, smartphone ou tablet (IOS e Android). A Coopnora Unicred não se responsabiliza por problemas decorrentes dos equipamentos de informática ou da conexão à rede mundial de computadores dos Cooperados, assim como por quaisquer outras situações que não esteja sob o seu controle.
- Outras informações a respeito do acesso à Assembleia Digital, bem como suporte em tempo real para auxiliar os Cooperados durante a Assembleia podem ser solicitadas pelo telefone/WhatsApp (51) 99267-9203 ou (51) 99299-2900.

Porto Alegre/RS, 15 de abril de 2026.

MARGOT VIRGÍNIA SILVEIRA DE SOUZA

Presidente do Conselho de Administração

2º Caderno

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

Comerciantes pedem revitalização da Azenha

Uma das soluções apontadas para a retomada econômica da região seria o resgate histórico do bairro da Capital

Osni Machado

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

A aguardada revitalização do bairro Azenha, em Porto Alegre, voltou ao centro das discussões entre moradores e comerciantes diante do aumento da sensação de insegurança na região. No tradicional corredor comercial localizado entre as avenidas Ipiranga e Gonçalves, empresários marcados por invasões e inva-

é uma pedra de crack. Para quem precisa fazer a restauração, são dois ou três dias sem luz, perda de mercadoria e perda de clientes."

O dirigente destaca que a intensificação das abordagens preventivas da Brigada Militar (BM) durante a madrugada ajudou a reduzir parte dessas ocorrências, embora ainda exista uma sensação de vulnerabilidade entre os comerciantes. "A legislação muitas vezes dificulta ações preventivas mais firmes por parte dos policiais", acrescenta.

A forma como os crimes ocorrem também influenciou diretamente as medidas adotadas pelos comerciantes. Muitas ações anti-



Edifícios com arame farpado e estruturas de proteção instaladas

OSNI MACHADO/SC

PUBLICIDADE LEGAL
TEM DATA E LOCAL CERTO
PARA SER PUBLICADA

O 2º Caderno é publicado diariamente
no digital e no impresso.

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS

Siga nossas redes sociais: [f](#) [@](#) [X](#) [d](#) [v](#) [in](#)



Acesse
o QR Code
e anuncie
no JC



Demonstrações contábeis resumidas. As demonstrações contábeis a seguir constituem versão resumida, conforme parecer de orientação da CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021, e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações contábeis completas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: • <https://ri.equatorialenergia.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>; • https://www.b3.com.br/pt_br/; • <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?codigoCVM=20648>; • <https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 25 de março de 2026, sem modificações na opinião, pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.

As demonstrações contábeis a seguir constituem versão resumida, conforme parecer de orientação da CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021, e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações contábeis completas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: • <https://ri.equatorialenergia.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>; • https://www.b3.com.br/pt_br/; • <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?codigoCVM=20648>; • <https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 25 de março de 2026, sem modificações na opinião, pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)			
	2025	2024	
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	466.065	83.929	
Aplicações financeiras	890.697	801.916	
Contas a receber de clientes	1.163.475	1.041.486	
Impostos e contribuições a recuperar	256.187	244.682	
Outros ativos circulantes	637.993	378.874	
Total do ativo circulante	3.414.417	2.550.887	
Não circulante			
Contas a receber de clientes	135.858	129.560	
Impostos e contribuições a recuperar	184.256	326.816	
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	324.444	189.404	
Ativo financeiro da concessão	1.116.348	782.759	
Intangível	3.334.730	2.611.285	
Ativos de contrato	1.215.790	1.213.912	
Outros ativos não circulantes	271.693	408.114	
Total do ativo não circulante	6.583.119	5.661.850	
Total do ativo	9.997.536	8.212.737	
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	731.373	545.894	
Fornecedores - risco sacado	60.757	40.916	
Empréstimos e financiamentos	128.860	40.714	
Debêntures	147.139	375.884	
Impostos e contribuições a recolher	249.579	187.435	
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	315.422	
Provisão para riscos judiciais	409.941	390.829	
Outros passivos circulantes	502.155	323.949	
Total do passivo circulante	2.229.804	2.221.043	
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	2.121.823	2.013.848	
Debêntures	5.654.721	3.271.216	
Impostos e contribuições a recolher	2.630.360	2.638.250	
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	154.801	230.478	
Provisão para riscos judiciais	597.000	496.023	
Benefício pós-emprego	723.135	720.421	
Outros passivos não circulantes	154.436	239.789	
Total do passivo não circulante	12.036.276	9.610.025	
Patrimônio líquido negativo			
Capital social	3.385.861	3.385.861	
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.020.717)	(1.074.793)	
Reserva de capital	1.865	1.570	
Prejuízos acumulados	(6.635.553)	(5.930.969)	
Total do Patrimônio líquido negativo	(4.268.544)	(3.618.331)	
Total do passivo e Patrimônio líquido negativo	9.997.536	8.212.737	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)			
	2025	2024	
Receita operacional líquida	6.237.147	5.339.988	
Custos de energia elétrica, construção e operação	(5.208.924)	(4.289.719)	
Lucro bruto	1.028.223	1.050.269	
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	(184.280)	(316.680)	
Despesas gerais e administrativas	(283.592)	(192.566)	
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(31.531)	(115.756)	
Outras despesas operacionais, líquidas	(168.453)	(140.603)	
Total de despesas operacionais	(667.856)	(765.605)	
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro	360.367	284.664	
Resultado financeiro, líquido	(1.064.951)	(772.541)	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(704.584)	(487.877)	
Impostos sobre o lucro	-	48.989	
Prejuízo líquido do exercício	(704.584)	(438.888)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)			
	2025	2024	
Prejuízo Líquido do exercício	(704.584)	(438.888)	
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado			
Resultados abrangentes (hedge e benefícios pós-emprego)	54.076	174.919	
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	54.076	174.919	
Total resultados abrangentes	(650.508)	(263.969)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)			
	2025	2024	
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(672.526)	(601.987)	
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(1.321.423)	(735.494)	
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades de financiamento	2.376.085	956.425	
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	382.136	(381.056)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	83.929	464.985	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	466.065	83.929	
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	382.136	(381.056)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)					
	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.385.861	1.296	(1.249.712)	(5.492.081)	(3.354.636)
Pagamentos baseados em ações - Stock option	-	274	-	-	274
Resultado abrangente do exercício	-	-	264.057	-	264.057
Resultados abrangentes (benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)	-	-	(89.138)	-	(89.138)
Resultado de hedge accounting	-	-	-	(438.888)	(438.888)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(438.888)	(438.888)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.385.861	1.570	(1.074.793)	(5.930.969)	(3.618.331)
Pagamentos baseados em ações - Stock option	-	241	-	-	241
Pagamentos baseados em ações - Matching Shares	-	54	-	-	54
Resultado abrangente do exercício	-	-	(32.926)	-	(32.926)
Resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	-	-	87.002	-	87.002
Resultado de hedge accounting	-	-	-	(704.584)	(704.584)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(704.584)	(704.584)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.385.861	1.865	(1.020.717)	(6.635.553)	(4.268.544)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D ("Companhia" ou "CEEE-D"), é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Clovis Paim Grivot, nº 11, Bairro Humaitá, cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos S.A. ("Equatorial Participações"), tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na sua área de concessão legal que abrange 72 dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, cobrindo uma área de 87.101 km² (*), atendendo, em 31 de dezembro de 2025, 1.998.796(*) consumidores, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3). (*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada. **1.1. Continuidade operacional:** Quando da elaboração das demonstrações contábeis, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses. Após os impactos do evento climático extremo em maio de 2024 e outros eventos climáticos ocorridos durante o exercício de 2024, a Companhia salienta que tanto as ações de cobrança quanto o processo de faturamento voltaram à normalidade desde agosto de 2024 e que não comprometeram sua continuidade operacional. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido no valor de R\$ 1.184.613 (R\$ 329.844 em 31 de dezembro de 2024), além de resultado antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro positivo, desde a entrada do novo acionista controlador em 2021, de R\$ 360.367 (R\$ 284.664 em 31 de dezembro de 2024), devida do melhoria dos indicadores de perdas, significativa redução das despesas operacionais, aumento da tarifa e do volume de energia faturada que, em 31 de dezembro de 2025 alcançou 8.771 GWh(*) (8.480 GWh(*) em 31 de dezembro de 2024). (*) Informação não auditada. A Companhia vem ainda apresentando geração de caixa operacional negativo de R\$ 672.526 e prejuízo de R\$ 704.584 em 31 de dezembro de 2025 (caixa operacional negativo R\$ 601.987 e prejuízo de R\$ 438.888, em 31 de dezembro de 2024). Com objetivo de fortalecer seus fluxos de caixa operacionais e seus resultados, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes: (i) Fortalecimento das ações de cobrança; (ii) Alongamento da dívida mediante captação de recursos em instituições financeiras de primeira linha, a custo de mercado e aval da Equatorial S.A., para liquidação dos empréstimos e debêntures classificadas no curto prazo. As novas captações, além do prazo, tiveram como objetivo garantir o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia; (iii) Expansão e diversificação das ações de combate ao furto de energia com manutenção de 205 equipes de combate às perdas em 2024 e para o exercício de 2025 foram mantidas 140 equipes com expansão das ligações em Sistema de Medição Centralizada (SMC); e (iv) Adoção de maior rigor e disciplina na gestão de despesas por meio de novos comitês implantados pela Equatorial S.A. na assunção do controle. A Administração acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro. **1.2. Ocorrência de eventos climáticos extremos na área de concessão da CEEE-D:** A área de concessão sob responsabilidade da Companhia está localizada em uma região sujeita à ocorrência de eventos climáticos extremos. Em 2024, os diversos eventos climáticos registrados impactaram a operação da Companhia, resultando em efeitos contábeis totais de R\$ 39.945 compostos por perdas de estoques e baixa de ativos no montante de R\$ 27.263 e despesas operacionais com atendimento emergencial no montante de R\$ 12.682. A Companhia finalizou as inspeções dos materiais sinistrados e apresentou todos os pleitos às seguradoras, com base nas coberturas previstas em suas apólices de riscos operacionais. As apólices contemplaram integralmente os sinistros identificados. Ao longo do processo de regulação, a Companhia recebeu valores a título de adiantamentos de indenização, bem como receitas provenientes da venda de materiais recuperados (salvados). A regulação do sinistro foi devidamente concluída com o recebimento do pagamento final em 03 de novembro de 2025. O valor total recebido ao longo da regulação do sinistro pela Companhia, considerando indenização securitária e salvados, foi de R\$ 22.951, encerrando-se, assim, o processo de sinistro. Em 28 de julho de 2025 ocorreu um evento climático que atingiu toda a área de concessão, com desligamento de 430 mil clientes no seu momento mais crítico. A normalização total do atendimento ocorreu em 04 de agosto de 2025. A Companhia não teve danos a estruturas que comprometessem a continuidade da prestação do serviço no curto, médio e longo prazo, sendo as principais perdas restritas a cabos, postes, transformadores e pequenas estruturas que foram substituídas durante a atuação das equipes de campo para recomposição do sistema. Em 07 de novembro de 2025 um ciclone extratropical com rajadas de vento de até 100km/h atingiu a área de concessão da Companhia. Este evento ocasionou desligamentos em parte da concessão, chegando a 200 mil clientes desligados no seu momento mais crítico, aproximadamente 10% do total de consumidores. O atendimento em toda área de concessão foi normalizado em 11 de novembro de 2025. A Companhia não teve danos a estruturas que comprometessem a continuidade da prestação do serviço, sendo as principais perdas restritas a cabos, postes, transformadores e pequenas estruturas que foram substituídas durante atuação das equipes de campo para recomposição do sistema. Em 31 de dezembro de 2025, os eventos climáticos totalizaram despesas registradas no valor de R\$ 1.784 (R\$ 12.682 em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL publicou, em 2025, a Resolução Normativa nº 1.137, que estabelece diretrizes relacionadas à atuação das distribuidoras em situações de emergência e à comunicação com consumidores. A Companhia encontra-se em fase de implementação das exigências da norma, por meio de plano de ação interno, considerando os diferentes prazos regulatórios previstos. Quanto ao dimensionamento orçamentário, a Administração informa que, até a data de encerramento do exercício, não foi identificada a necessidade de alocação adicional de recursos em decorrência da aplicação da referida resolução. Dessa forma, não houve reconhecimento contábil de efeitos relacionados à norma nas demonstrações contábeis do exercício. **1.3. Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, a qual entrará em vigor a partir de 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032. Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026 que regulamenta a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do IBS, consolidando os aspectos operacionais necessários para o início do período de teste do novo sistema. No entanto, aspectos operacionais e detalhes especificados ainda dependem de regulamentação complementar. Até 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidos efeitos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. No entanto, a Administração ressalta que o advento da LC 227/2026 traz maior previsibilidade ao rito de transição que se iniciará no exercício de 2026. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas em legislação complementar. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. 2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS). A Companhia, quando aplicável, também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, ajustadas para

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Receitas	8.799.620	7.510.188
Insumos adquiridos de terceiros (inclui - ICMS e IMA)	(5.546.211)	(4.738.268)
Valor adicionado bruto	3.253.409	2.771.920
Amortização	(272.564)	(158.280)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	2.980.845	2.613.640
Valor adicionado recebido em transferência	890.690	789.309
Valor adicionado total a distribuir	3.871.535	3.402.949
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	107.086	106.719
Impostos, taxas e contribuições	2.530.537	2.186.511
Remuneração de capitais de terceiros	1.938.496	1.548.607
Remuneração de capitais próprios	(704.584)	(438.888)
Valor adicionado	3.871.535	3.402.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados a valor justo; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um hedge de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia preparou as demonstrações contábeis partindo do pressuposto de continuidade operacional. As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. As informações relevantes das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2026. **2.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. **3. Políticas contábeis materiais.** As políticas contábeis materiais, descritas abaixo são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações. **3.1. Reconhecimento de receita:** A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de performance ao transferir bens e serviços ao cliente. As receitas operacionais da Companhia, no âmbito da atividade de distribuição de energia elétrica, são compostas por: (i) Receita de distribuição: reconhecida com base na energia elétrica efetivamente consumida pelos clientes, conforme o calendário de leitura e a tarifa estabelecida pela ANEEL. A receita não faturada, correspondente ao período entre a última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida no mês da prestação do serviço; (ii) Receita pela disponibilidade: uso da rede, referente à infraestrutura de distribuição colocada à disposição de consumidores livres e cativos, mensurada com base na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), conforme regulação da ANEEL; (iii) Receita de construção: derivada de serviços de construção e melhorias da infraestrutura associada à concessão, reconhecida conforme o estágio de execução da obra. Em função do modelo regulatório, essa receita é reconhecida com margem de lucro nula, uma vez que não há previsão tarifária de remuneração sobre essa atividade; e (iv) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizatórios: calculada pelo método dos juros efetivos, com base na taxa regulatória (WACC) e atualizada monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), refletindo o valor justo do ativo financeiro vinculável à indenização ao final da concessão. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **3.3. Ativo intangível e ativo financeiro da concessão:** A Companhia opera sob contrato de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica, firmado com a União, na qualidade de Poder Concedente. O contrato estabelece que: (a) Os serviços a serem prestados, as classes de consumidores atendidas e os padrões de desempenho exigidos; (b) A obrigação de manutenção e devolução da infraestrutura nas mesmas condições originais, demandando investimentos contínuos; (c) O direito à indenização ao final da concessão pelos ativos vinculados não amortizados/depreciados; (d) A regulação tarifária com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), assegurando a cobertura de custos, amortização dos investimentos e remuneração do capital. Em conformidade com a ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a Companhia adota os seguintes critérios de contabilização: Ativo financeiro: referente ao direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente pelos investimentos realizados, mensurado com base no Valor Novo de Reposição (VNR); Ativo intangível: referente ao valor residual não indenizável, recuperável mediante a prestação contínua do serviço ao consumidor final. A infraestrutura utilizada na concessão é recuperada através de: (i) faturamento decorrente do consumo de energia durante o prazo da concessão; e (ii) indenização por bens reversíveis ao final da concessão. **3.3.1. Ativo financeiro da concessão:** A Companhia reconhece ativo financeiro da concessão sempre que possui direito contratual incondicional de receber caixa do Poder Concedente (indenização). Quando a remuneração se dá parte por ativo financeiro e parte por ativo intangível, os componentes são reconhecidos separadamente com base em seu valor justo inicial, sem reclassificação posterior, salvo alteração no modelo de gestão dos ativos financeiros. Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o ativo financeiro é atualizado, mensalmente, considerando o IPCA, por ser este um dos principais índices de atualização utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. A atualização é registrada contabilmente em receitas operacionais, conforme diretrizes da OCP 05 - Contratos de Concessão, alinhando-se ao modelo de negócio da Companhia. A Lei nº 12.783/2013 determina que a indenização utilize a metodologia do VNR, considerando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida pela ANEEL. A remuneração inclui também ativos ainda não homologados, estimados com base no IPCA e projeções de glosas fundamentadas em experiências anteriores, conforme práticas da Administração, buscando refletir o valor justo dos ativos. A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. **3.3.2. Ativo intangível:** A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04 (IFRS 38) um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento

tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao

* continuação

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

passivo simultaneamente. Em conformidade com o ICPC 22 - Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia periodicamente a probabilidade de aceitação dos tratamentos fiscais adotados nas apurações do imposto de renda e da contribuição social. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que é mais provável que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal. **3.8. Benefícios a empregados. 3.8.1. Benefícios pós-emprego e outros benefícios a empregados:** A Companhia reconhece as obrigações de benefícios de curto prazo a empregados como despesas de pessoal à medida que os serviços são prestados, registrando passivos pelo montante do pagamento esperado quando houver obrigação legal ou construtiva mensurável. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal quando incorridas, conforme as orientações do CPC 33 (IAS 19) Benefícios a Empregados, sendo ativos reconhecidos quando há expectativa de reembolso ou redução em pagamentos futuros. Já os planos de benefício definido têm suas obrigações líquidas calculadas anualmente por atuário qualificado, considerando o valor presente dos benefícios futuros esperados, deduzidos dos ativos do plano. Reavaliações atuariais (ganhos e perdas), retorno dos ativos (exceto juros) e efeitos do teto são registrados diretamente em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos são calculados com base na taxa de desconto aplicada ao valor líquido passivo/ativo de benefício definido no início do período. Os juros líquidos e as demais despesas do plano são reconhecidos no resultado. Alterações e liquidações de planos são reconhecidas quando ocorrem. **3.8.2. Transações de pagamento baseado em ações:** A Equatorial S.A. (Controladora indireta da Companhia), concedeu plano de pagamento baseado em ações e opção de compra de ações a administradores e colaboradores da Companhia. A Companhia reconhece como despesa, contra patrimônio líquido ou passivo, os pagamentos baseados em ações à medida que os serviços são prestados. O valor justo dos prêmios concedidos a administradores e colaboradores é reconhecido como despesa de pessoal durante o período de aquisição do direito, ajustado conforme a expectativa de cumprimento das condições de serviço e desempenho. Para transações em que os bens ou serviços não são identificáveis, o valor é mensurado pela diferença entre o valor justo do instrumento patrimonial outorgado e o valor dos bens ou serviços identificáveis. No caso de liquidação em caixa, o passivo é remensurado até sua quitação. **3.9. Capital social. 3.9.1. Ações ordinárias:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 (IAS 32) - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa. **3.10. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação. **3.11. Instrumentos financeiros. 3.11.1. Ativos financeiros: (a) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR), conforme o modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa, nos termos do CPC 48 (IFRS 9). As contas a receber de clientes são mensuradas inicialmente na data de origem ao preço da transação, quando não há componente significativo de financiamento. Os demais ativos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia se torna parte das cláusulas contratuais e mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação, quando não designados ao VJR. Ativos mantidos para recebimento de fluxos contratuais de principal e juros são mensurados ao custo amortizado, enquanto os mantidos para recebimento e venda são classificados ao VJORA. Os demais ativos, inclusive derivativos, são classificados ao VJR, sendo permitida sua designação irrevogável nessa categoria para eliminar ou reduzir descasamentos contábeis. **(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio:** A Companhia avalia o objetivo do modelo de negócios no qual os ativos financeiros são mantidos, considerando a forma como a carteira é gerida e as informações fornecidas à Administração. Essa avaliação contempla as políticas e objetivos definidos para a carteira, o foco na geração de receitas de juros, a gestão de prazos e fluxos de caixa, a forma como o desempenho é monitorado, os riscos associados e a forma de remuneração dos gestores. Também são considerados o histórico, o volume e os motivos de vendas anteriores, além das expectativas futuras de alienação. As transferências de ativos financeiros para terceiros que não se qualificam para desreconhecimento não são tratadas como vendas, mantendo-se o reconhecimento contábil desses ativos. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciamento com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR. **(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e de juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas:

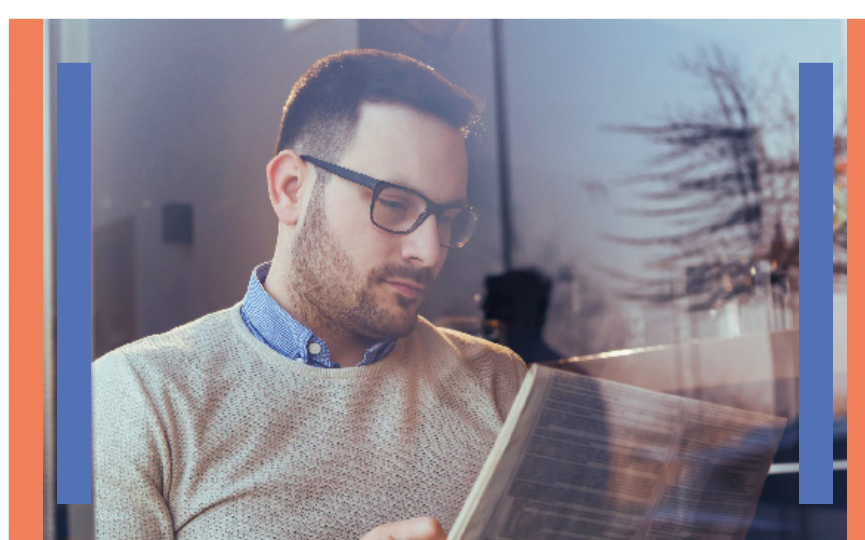
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, forfait etc.) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.11.2. Desreconhecimento. (a) Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.11.3. Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.11.4. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do hedge de fluxo de caixa, definido abaixo. **(a) Hedge de fluxo de caixa e a valor justo:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de valor justo, as variações no valor justo do derivativo são reconhecidas diretamente no resultado do período. Simultaneamente, o valor contábil do item objeto de hedge é ajustado pelas variações atribuíveis ao risco objeto da proteção, sendo tais efeitos também reconhecidos no resultado, de forma a refletir a compensação econômica entre o instrumento de hedge e o item protegido. Conforme CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de hedge, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge. Para maiores informações sobre a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de hedge, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge. **3.11.5. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado em cada data de reporte. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração; **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis, em que ocorreram as mudanças. Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto de possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislações, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações contábeis. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações contábeis da Companhia. **3.12.**

Redução ao valor recuperável (impairment). 3.12.1. Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato, utilizando matriz de provisão baseada em taxas históricas de perda, ajustadas por informações prospectivas quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são mensuradas, em regra, para a vida inteira dos instrumentos, exceto para títulos de dívida e saldos bancários com baixo risco de crédito ou cujo risco não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, os quais são mensurados com base em perdas esperadas para 12 meses. A avaliação considera informações razoáveis e suportáveis, quantitativas e qualitativas, incluindo experiência histórica, análises de crédito e fatores prospectivos. O prazo máximo considerado na estimativa corresponde ao período contratual máximo de exposição ao risco de crédito. **3.12.2. Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia a existência de evidências de perda por recuperação nos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Considera-se que um ativo financeiro apresenta problemas de recuperação quando há evidência objetiva de que um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial impactaram negativamente os fluxos de caixa futuros estimados do ativo. Tais evidências incluem, entre outros fatores, dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário, descumprimento de cláusulas contratuais, reestruturações de valores em condições não usuais, probabilidade de falência ou reorganização financeira do devedor, bem como o desaparecimento de mercado ativo em decorrência de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto quando a Companhia já reconheceu como estimativa de perda para os ativos, como títulos de contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização. **3.12.3. Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa e perdas efetivas:** A Companhia adota metodologia de estimativa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com base no risco de crédito dos valores a receber, segregados por faixa de atraso (aging list). A estimativa considera a experiência histórica de perdas, apurada a partir do histórico de recebimento dos últimos cinco anos e do faturamento dos 36 meses anteriores, resultando em uma matriz de provisão que reflete o comportamento de pagamento e a inadimplência dos consumidores. Parcelamentos relevantes com garantias contratuais são avaliados individualmente quanto ao risco de crédito e submetidos à governança da alta Administração. Os ativos financeiros sem expectativa razoável de recuperação são baixados do valor contábil bruto, sendo os títulos vencidos há mais de cinco anos baixados integralmente. Não é esperada recuperação relevante dos valores baixados, sem prejuízo da adoção de medidas de cobrança. **3.12.4. Ativos não financeiros:** A Administração avalia anualmente a existência de indícios de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. Sempre que os indícios são identificados, a Companhia avalia se o valor contábil líquido excede o seu valor recuperável e, quando necessário reconhece uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa (UGC) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de venda. O valor em uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil e é calculado utilizando-se a taxa de desconto antes dos tributos (pre-tax). Para fins de aplicação do CPC 01/IAS 36, a Companhia é tratada como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), por representar o menor nível no qual os fluxos de caixa podem ser identificados de forma independente. A Companhia projeta os fluxos de caixa gerados pela UGC com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes elaborados pela Administração. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período de concessão da Companhia. A Administração avalia ainda se os riscos climáticos, incluindo riscos físicos e riscos de transição, poderiam ter um impacto significativo. Caso afirmativo, esses riscos são incluídos nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os montantes de valor em uso. A Companhia realizou avaliação de perda ao valor recuperável, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **3.13. Provisão para riscos judiciais.** As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, conforme as orientações do CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.14. Demonstração do valor adicionado (DVA).** A Companhia elabora a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis da Companhia, conforme legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, então, como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **3.15. Questões climáticas.** A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A Companhia monitora mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Embora, na data-base das demonstrações contábeis, os riscos relacionados ao clima não tenham gerado efeitos significativos na mensuração contábil, a Companhia reconhece que tais riscos ampliam a incerteza associada às estimativas e pressupostos utilizados e podem influenciar diversos componentes das demonstrações contábeis. Os itens mais diretamente afetados pelas questões climáticas incluem: • Vida útil de ativos: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas; e • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. A Companhia monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa. **4. Assuntos regulatórios.** Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do Reajuste Tarifário Anual (RTA) da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e, a cada 5 anos ocorre a Revisão Tarifária Periódica (RTP) sendo a próxima revisão em 2026, onde também é feito o reposicionamento da Parcela B (custos gerenciáveis). No mês de novembro de 2025, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes na Resolução Homologatória nº 3547, de 18 de novembro de 2025 foram reajustadas, em média, 19,53%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridores da distribuidora. Em vigor de 22 de novembro de 2025 a 21 de novembro de 2026. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 73.808 (R\$ 111.906 em 31 de dezembro de 2024) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 126.581 (R\$ 73.726 em 31 de dezembro de 2024) obtidos por meio de faturamento junto aos clientes e R\$ 52.773 negativos (R\$ 38.180 em 31 de dezembro de 2024) pagamento via Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRB). A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Conselho de Administração		Conselho Fiscal		Comitê de Auditoria Estatutário		Diretoria Executiva		PARECER DO CONSELHO FISCAL	
Augusto Miranda da Paz Júnior - Presidente Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Vice-Presidente		Titulares Saulo de Tarso Alves de Lara Paulo Roberto Franceschi Vanderlei Dominguez da Rosa Mária Salete Garcia Pinheiro Thiago Wolf Pereira		Tiago de Almeida Noel - Coordenador João Alberto da Silva Neto Jorge Roberto Manoel		Riberto José Barbanera - Diretor Presidente Tatiana Queiroga Vasques - Diretora de Relações com Investidores Cristiano de Lima Logrado - Diretor Nierbeth Costa Brito - Diretor José Silva Sobral Neto - Diretor Marcos Antônio Souza de Almeida - Diretor André Luiz Barata Pessoa - Diretor Agnelo Coelho Neto - Diretor Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira - Diretor		O Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, em reunião realizada nos dias 20 e 25 de março de 2026, por videoconferência, examinou as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas de suas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário ("Comitê"), do relatório do Comitê, do relatório da administração e as contas dos administradores, e a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., sem ressalvas, de 25 de março de 2026, conclui, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e que opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela assembleia geral da Companhia. Porto Alegre/RS, 20 e 25 de março de 2026. Paulo Roberto Franceschi; Saulo Tarso Alves de Lara; Vanderlei Dominguez da Rosa; Mária Salete Garcia Pinheiro; Thiago Wolf Pereira.	
David Abdalla Pires Leal Marcos Antônio Souza de Almeida João Alberto da Silva Neto		Suplentes Adilson Celestino de Lima Claudia Luciana Ceccato de Trotta Ricardo Bertucci Dorgival Soares da Silva Rafael de Souza Morsch		Bruno Pinheiro Macedo Couto - Superintendente de Ativos e Contabilidade Contador CRC MA 011842-O-3 S-RS					



Conecte sua marca a quem *decide*.
Amplie sua visibilidade e alcance líderes de opinião com a força da multiplataforma do JC.



Acesse o QR Code e anuncie no JC

Jornal do Comércio
O jornal de economia e negócios do RS

Industrial Madeireira Litoral Ltda.
 CNPJ nº 89.373.245/0001-78 - NIRE JUCISRS 43200679576
Extinção por Incorporação
 Em 01/01/2026, a única sócia da Industrial Madeireira Litoral Ltda., CNPJ nº 89.373.245/0001-78 e NIRE JUCISRS 43200679576 ("Incorporada"), e a única sócia da Flopal Florestadora Palmares Ltda., CNPJ nº 92.980.333/0001-42 e NIRE JUCISRS 43200246513 ("Incorporadora"), aprovaram a incorporação da Incorporada na Incorporadora. Como consequência: a) os ativos e passivos do patrimônio líquido da Incorporada foram absorvidos pela Incorporadora; b) os estabelecimentos e filiais da Incorporada foram encerrados; c) o capital social da Incorporadora foi diminuído, passando de R\$ 54.837.399,00 (cinquenta e quatro milhões, oitocentos e trinta e sete mil, trezentos e noventa e nove reais) para R\$ 22.089.238,00 (vinte e dois milhões, oitenta e nove mil, duzentos e trinta e oito reais); e d) a Incorporada foi declarada extinta, sendo a Incorporadora sua sucessora universal. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul: registros aprovando a incorporação. Incorporadora: registro sob o nº 11625056, em 24/02/2026. Incorporada: registro sob o nº 11625036, em 24/02/2026. Os documentos podem ser verificados em <http://juicisrs.rs.gov.br/validacao>, protocolo 26/046.904-1 e código de segurança r20A (Incorporadora) e protocolo 26/047.101-1 e código de segurança zioW (Incorporada). José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

ASSOCIAÇÃO AMIGOS SOL NASCENTE DA COSTA DOCE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO AMIGOS SOL NASCENTE DA COSTA DOCE PARA ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL
 A Comissão da Diretoria convidam os senhores Associados da Associação Amigos Sol Nascente da Costa Doce, a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 17/05/2026, às 15:00h em primeira convocação, e às 15:30h em segunda chamada, com qualquer número de presentes, tendo como local a Rua Ipiranga, nº 200 – Bairro Centro – cidade Presidente Lucena – RS a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:
 a) Eleição da Nova Diretoria e Conselho Fiscal.
 b) Outros Assuntos de interesse da Associação.
 Arambaré - RS, 13 de abril de 2026
 João Bosco Staudt - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL VIANA - RS
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026
 Contrato de Repasse nº 965379/2024/MINC/CAIXA, por empreitada global. Objeto: Contratação de empresa especializada em construção de Espaço Cultural Aberto (Rua Coberta) na Av. Ibicuí, trecho entre Rua Delcírio Pinto e Pres. Vargas, no perímetro urbano do Município, conf. Termo de Referência, Memorial Descritivo, Estudo Técnico Preliminar, Projeto Básico, Planilha Orçamentária e Cronograma. Realização: dia 22/5/2026, às 9h, no site: www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações: fone: 0800 000 4199, e-mail: licitacoes@manoelviana.rs.gov.br. Edital e anexos disponíveis no site da Prefeitura e no Portal de Compras Públicas.
 Manoel Viana/RS, 14 de abril de 2026.
 Antônio Flávio Fernandes Busnelo
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBI
AVISOS DE EDITAIS: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026. Objeto: Aquisição de implementos agrícolas. Abertura dia 30/04/2026, às 8h:30min, Sessão eletrônica no site: <https://bll.org.br/>.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de divisórias leves do tipo painel MSO/colmeia e forro em PVC, incluindo todos os materiais, mão de obra, perfis estruturais, reforços, fixações, ferragens, arremates e acabamentos necessários à perfeita execução dos serviços, conforme projeto arquitetônico, a serem executados na Escola Municipal de Educação Infantil Doce Encanto, localizada no Município de Itacurubi/RS. Abertura dia 04/05/2026, às 8h:30min, Sessão eletrônica no site: <https://bll.org.br/>.
CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar, oriundos da Agricultura Familiar ou do Empreendedor Familiar Rural, para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para atender demanda das Escolas da Rede Municipal de Ensino durante o ano letivo de 2026. Abertura dia 06/05/2025, às 10:00h, na sala do setor de licitações da Prefeitura Municipal de Itacurubi. Editais e anexos no site: www.itacurubi.rs.gov.br
AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026. A Prefeitura Municipal de Itacurubi – RS, torna pública a SUSPENSÃO do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026, cujo objeto é a aquisição de um trator agrícola. A suspensão se dá para fins de revisão e retificação do Edital e seus anexos, conforme necessidade verificada após pedido de impugnação apresentado, que está sendo analisado. O processo encontra-se à disposição dos interessados no site <https://www.itacurubi.rs.gov.br/site/licitacoes>.
 Gelso dos Santos Soares, Prefeito Municipal.

República Federativa do Brasil OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COMARCA DE IBIRUBÁ
EDITAL DE LOTEAMENTO ELIESER GETER GERLACH DOS SANTOS
 Elieser Geter Gerlach dos Santos, Oficial Interino do Registro de Imóveis e Especiais da Comarca de Ibirubá/RS. FAZ SABER a todos quantos virem o presente Edital ou dele tiverem conhecimento que, de conformidade com o artigo 18 e parágrafos da Lei nº 6.766/79, FREDRICH INCORPORADORA IBIRUBÁ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 34.898.016/0001-85, com sede na rua Dumonceil Filho, nº 847, nesta cidade de Ibirubá/RS, depositou neste Registro de Imóveis, os documentos exigidos pela legislação pertinente, para efeitos de registro do processo de parcelamento de solo, na modalidade loteamento, consonte plano, planta e memorial descritivo, devidamente aprovados pelo órgão municipal competente, denominado "LOTEAMENTO FREDRICH", tendo por objeto "UMA ÁREA DE TERRAS URBANAS, de forma irregular, com a área superficial de 62.091,84m² (sessenta e dois mil, noventa e um metros e oitenta e quatro decímetros quadrados), sem benfeitorias, com frente para a rua General Osório, lado ímpar, esquina com a ERS-506, lado ímpar, no bairro Hermany, nesta cidade de Ibirubá/RS", com as características e confrontações constantes na matrícula nº 22.786, Lº 02, deste Ofício Imobiliário. Eventuais impedimentos poderão ser opostos junto a este Ofício, sito na rua Getúlio Vargas, nº 800, loja 02, Centro, Ibirubá/RS, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da última publicação deste edital, findo o qual, não sendo apresentada qualquer impugnação, efetuar-se-á o competente registro na forma da Lei. Ibirubá/RS, 06 de fevereiro de 2026. Cecília Loss Gomes - Oficial Substituta



Prefeitura Municipal de Cristal do Sul
REPUBLICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2026
 Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de comunicação de dados e telefonia corporativa, compreendendo infraestrutura de conectividade digital baseada em tecnologia de fibra óptica, fornecimento de link dedicado de internet, interligação de unidades administrativas e disponibilização de serviço de telefonia institucional com chamadas ilimitadas, p/ Administração Pública Municipal. Motivo da republicação: Data de abertura - Nova data de abertura: 05/05/2026 às 9h, na Sala de Licitações. Permanecem inalteradas as demais condições do edital. Edital no Setor de Licitações e site oficial do Município. Informações: (55)3616.2215 ou compraslicitacoes@crystaldosul.rs.gov.br, Cristal do Sul/RS, 14/04/2026.
 Alexandre Costa - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO CIPÓ
Pregão Eletrônico nº 16/2026. Objeto: Registro de Preços para contratação de serviços de escavadeira hidráulica. Data de abertura dia 07/05/2026 às 09:00 horas através do site www.pregaobanrisul.com.br. Editais em www.capaodocipo.rs.gov.br.
 Adair Fracaro Cardoso- Prefeito de Capão do Cipó.

MUNICÍPIO DE ITATIBA DO SUL
EXTRATO DE EDITAL
Pregão Presencial nº 010/2026 Tipo menor preço para Aquisição de Materiais de Odontológicos, com abertura dos envelopes de proposta de preço e documentos de habilitação, no dia 05/05/2026, às 14:00h, na sala da Secretaria de Administração do Município. Informações e cópia dos Editais, pelo site www.itatibadosul.rs.gov.br ou junto à Prefeitura sito à Avenida Antônio Ângelo Tozzo, 845. Fone (54)30835040, em horário de expediente. Itatiba do Sul, 14 de abril de 2026.
 VALDEMAR CIBUSLKI, Prefeito Municipal.

ADMINISTRADORA GERAL DE ESTACIONAMENTOS S.A. CNPJ: 86.862.208/0001-35
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	103.583	52.321	147.332	102.539	Contas a pagar	63.454	61.038	121.049	107.471
Contas a receber de clientes	128.761	104.411	180.625	152.228	Empréstimos e financiamentos	135.691	147.619	183.040	229.752
Estoques	1.338	2.105	3.129	4.432	Arrendamentos a pagar	1.610	2.303	3.025	4.151
Impostos e contribuições a recuperar	8.673	6.296	17.575	12.184	Obrigações com o poder concedente	872	-	32.273	31.553
Adiantamentos	2.699	5.365	2.699	5.365	Partes relacionadas	3.308	6.604	3.308	6.603
Empréstimos a receber	2.174	-	25.100	29.763	Obrigações Trabalhistas e Sociais	17.814	17.403	36.389	39.520
Outras contas a receber	21.949	15.956	35.842	29.473	Impostos e contribuições a recolher	55.795	50.518	92.155	86.970
Partes relacionadas	13	-	13	-	Outras contas a pagar	11	275	11	275
Total do ativo circulante	269.189	186.453	412.315	335.984	Total do passivo circulante	278.554	285.761	471.251	506.296
NÃO CIRCULANTE					NÃO CIRCULANTE				
Imposto e contribuição a recuperar	-	-	3.285	3.208	Empréstimos e financiamentos	390.203	383.328	597.112	430.359
Imposto Diferido	-	-	10.852	-	Arrendamentos a pagar	919	-	5.394	5.042
Empréstimos a Receber	11.826	-	31.620	30.577	Obrigações com o poder concedente	1.692	-	141.292	140.306
Contas a receber de clientes	3.218	3.218	3.218	3.218	Impostos diferidos	-	-	1.088	1.293
Investimentos	516.814	684.327	4	10	Obrigações Trabalhistas e Sociais	12.782	4.484	33.634	11.657
Depósitos judiciais	6.777	3.427	8.963	5.307	Outras contas a pagar de longo prazo	-	-	30	188
Partes relacionadas	5.589	11.878	5.589	11.878	Provisão para contingências	9.031	11.240	21.097	23.873
Direito de uso	193.025	177.805	473.386	462.244	Total do passivo não circulante	414.628	399.052	799.646	612.718
Imobilizado	55.507	39.287	117.910	97.204	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Intangível	39.595	32.530	608.323	620.445	Capital social	374.220	374.220	374.220	374.220
Total do ativo não circulante	832.351	952.472	1.263.151	1.234.091	Reserva de Capital	472.078	472.078	472.078	472.078
TOTAL DO ATIVO	1.101.540	1.138.925	1.675.466	1.570.075	Prejuízos acumulados	(437.940)	(392.186)	(437.940)	(392.186)
					Total	408.358	454.112	408.358	454.113
					(-) Participação de não controladores	-	-	(3.790)	(3.051)
					Total do Patrimônio Líquido	408.358	454.112	404.569	451.061
					TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.101.540	1.138.925	1.675.466	1.570.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Capital social	Reserva Capital	Prejuízos acumulados	Total	Participação Não Controladores	Total Consolidado	
						2025
Saldos em 31 de dezembro de 2023	374.220	472.078	(343.278)	503.020	(2.608)	500.412
Prejuízo do exercício	-	-	(48.907)	(48.907)	(443)	(49.351)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	374.220	472.078	(392.186)	454.113	(3.051)	451.061
Prejuízo do exercício	-	-	(45.754)	(45.754)	(739)	(46.493)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	374.220	472.078	(437.940)	408.358	(3.790)	404.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado				
						2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(45.754)	(48.907)	(46.493)	(49.351)	Caixa gerados pelas atividades operacionais	138.837	68.186	270.137	210.701
Ajustes em:					Imposto de renda e contribuição social pagos	(36.601)	(39.130)	(26.682)	(61.546)
Depreciação	8.590	8.052	22.252	26.238	Pagamentos de empréstimos - juros	(92.565)	(64.206)	(124.104)	(85.983)
Amortização de intangíveis	7.144	5.368	45.027	40.489	Pagamento de arrendamentos - juros	(814)	(787)	-	(787)
Amortização de direitos de uso	27.219	27.294	65.489	64.360	Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	8.856	(35.937)	118.011	62.386
Provisão de juros sobre empréstimos	84.571	31.061	124.143	51.253	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Provisão de juros sobre arrendamentos	2.544	483	3.159	1.250	Aportes/Redução de capital na investida	142.200	(20.000)	-	-
Atualização das obrigações com o poder concedente	810	-	35.865	27.378	Aquisição de direitos de uso	(43.419)	(31.391)	(78.208)	(64.518)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(547)	(36)	(466)	240	Aquisição de imobilizado	(24.905)	(11.561)	(46.997)	(25.297)
Juros empréstimos a receber	-	-	(4.734)	(5.399)	Aquisição de intangível	(14.209)	(7.698)	(32.921)	(14.423)
Reversão/provisão para contingências	(2.209)	1.712	(2.775)	2.112	Empréstimos a receber concedido	(14.000)	-	(14.000)	-
Ajuste Equivalência patrimonial	25.307	1.185	-	-	Empréstimos a receber recebido	-	-	20.737	30.348
Impostos diferidos	-	-	(10.852)	-	Caixa líquido gerados pelas (aplicados nas) atividades de investimento	45.667	(70.650)	(151.389)	(73.890)
Valor residual dos ativos imobilizados, direitos de uso e intangível baixados	1.074	977	2.915	1.355	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Variação dos ativos e passivos operacionais	108.749	27.188	233.529	159.927	Aumento de capital	-	-	-	-
Redução (aumento) das contas a receber de clientes	(23.803)	20.342	(27.931)	19.054	Empréstimos e debêntures tomados	210.235	250.373	410.235	280.373
Redução (aumento) de estoques	767	611	(1.304)	(1.046)	Pagamentos de empréstimos e debêntures - principal	(207.692)	(104.955)	(289.723)	(203.489)
(Aumento) de Impostos e contribuições a recuperar	(2.377)	732	5.469	(3.026)	Pagamento de arrendamentos - principal	(2.028)	(3.750)	(3.379)	(5.537)
(Aumento) Redução de Adiantamentos	2.666	717	2.666	7.355	Empréstimos tomados - partes relacionadas	-	-	-	-
(Aumento) de Outras contas a receber	(5.993)	(10.125)	(5.325)	(21.074)	Captação (pagamento) de principal - partes relacionadas	(2.965)	(13.048)	(3.098)	13.048
Redução (aumento) de Depósitos judiciais	(1.820)	(428)	(1.514)	(1.396)	Pagamento de concessões - principal	(810)	-	(35.865)	(34.416)
Redução (aumento) das partes relacionadas a receber	(6.288)	(9.333)	(6.288)	(9.333)	Caixa líquido gerados pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	(3.261)	128.621	78.170	49.979
(Redução) de fornecedores e aluguéis a pagar	(2.415)	(2.553)	(13.577)	(1.584)	EQUIVALENTES DE CAIXA	51.262	22.034	44.792	38.476
(Redução) de salários e encargos sociais	8.545	(1.551)	18.846	3.142	No início do exercício	52.321	30.286	102.539	64.063
Aumento das obrigações tributárias	54.143	54.105	63.228	58.616	No fim do exercício	103.583	52.321	147.331	102.539
Redução (aumento) das partes relacionadas a pagar	(3.296)	(9.473)	(3.296)	610	AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	51.262	22.034	44.792	38.476
Aumento (redução) de outras contas a pagar	9.959	(2.046)	5.636	(542)					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
				2025
RECEITA LÍQUIDA	1.038.000	891.300	1.705.313	1.528.806
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(909.179)	(800.127)	(1.438.821)	(1.312.684)
LUCRO BRUTO	128.821	91.173	266.492	216.122
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas gerais e administrativas	(44.865)	(34.269)	(126.551)	(88.682)
Despesas com vendas	(981)	(1.646)	(4.984)	(4.117)
Resultado de equivalência patrimonial	(25.308)	(1.185)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	463	(3.181)	463	(3.181)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	58.130	50.892	135.420	120.143
RESULTADO FINANCEIRO				
Despesas financeiras	(71.798)	(70.794)	(142.623)	(122.893)
Receitas financeiras	5.159	9.042	14.854	19.175
L				

A. BUHLER S/A - CURTUME		Relatório da Administração			
CNPJ: 89.716.583/0001-65 NIRE: 4330009505		Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos apresentar a V. Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2025.			
Ivoti-RS, 31 de Dezembro de 2025. A Administração					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis					
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro (em milhares de reais)					
Ativo	2025	2024	Passivo	2025	2024
Circulante			Circulante		
Caixa e bancos	271	494	Fornecedores	11.552	12.138
Aplicações de liquidez imediata	25.390	15.055	Empréstimos e financiamentos (nota 7)	320	320
Clientes	21.520	22.259	Obrigações sociais e trabalhistas	5.719	4.732
Impostos a recuperar (nota 4)	273	295	Obrigações tributárias	675	851
Estoques	16.214	14.378	Dividendos a pagar	726	420
Produtos prontos	604	474	Outras contas a pagar	1	130
Produtos em elaboração	9.959	8.070	Total do passivo circulante	18.993	18.591
Matérias primas	5.408	5.611	Não Circulante		
Materiais diversos	243	223	Empréstimos e financiamentos (nota 7)	602	922
Importações em andamento	-	261	Total do passivo não circulante	602	922
Outras contas a receber	476	482	Patrimônio líquido		
Despesas do exercício seguinte	128	124	Capital social realizado	13.085	13.085
Total do ativo circulante	64.272	53.348	Reservas de lucros	50.340	38.380
Não Circulante			Reserva de reavaliação	409	409
Investimentos	244	244	Total do patrimônio líquido	63.834	51.874
Imobilizado (nota 5)	18.818	17.698	Total do passivo e patrimônio líquido	83.429	71.387
Intangível (nota 6)	95	97			
Total do ativo não circulante	19.157	18.039			
Total do ativo	83.429	71.387			
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (em milhares de reais)					
Contas	2025				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	13.085				
Lucro líquido do exercício	7.370				
Destinações do lucro:					
Reserva Legal	368				
Dividendos propostos	(420)				
Reserva de investimento e capital de giro	29.366				
Reserva a disposição da assembleia	(6.582)				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	13.085				
Lucro líquido do exercício	12.686				
Destinações do lucro:					
Reserva Legal	589				
Dividendos propostos	(726)				
Reserva de investimento e capital de giro	6.582				
Reserva a disposição da assembleia	(11.371)				
Saldos em 31 de dezembro de 2025	13.085				
Notas explicativas às demonstrações contábeis (em milhares de reais)					
1 - Contexto operacional: A Sociedade dedica-se principalmente à industrialização e comercialização de couros.					
2 - Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade para Pequenas e Médias Companhias (Pronunciamento CPC-PME), emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da Resolução CFC nº 1.255/09 (NBC T 19.41) e revisões posteriores.					
3 - Políticas contábeis: As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas abaixo, as quais se aplicam a todos os exercícios apresentados, exceto quando declarado em contrário.					
a) Apuração do resultado - As receitas e despesas do exercício estão registradas em obediência ao regime de competência.					
b) Aplicações financeiras - As aplicações financeiras de liquidez imediata estão avaliadas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.					
c) Contas a receber - As contas a receber de clientes e adiantamentos a fornecedores estão apresentadas a valores de realização.					
d) Estoques - Os estoques de produtos acabados e em elaboração estão demonstrados ao custo de produção e as matérias-primas e materiais diversos ao custo médio de aquisição.					
e) Investimentos - Os investimentos em empresas estão avaliados pelo custo de aquisição.					
f) Imobilizado - Está demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária calculada até 31/12/95, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas mencionadas na nota explicativa nº 5.					
g) Intangível - Os bens intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição. A amortização está demonstrada na nota explicativa nº 6.					
h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes - São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).					
4 - Impostos e recuperar:					
ICMS	2025				
IPI	2024				
PIS/COFINS	2025				
CSLL	2024				
IRRF	2025				
Total	2024				
Os saldos de ICMS a recuperar correspondem a créditos de aquisição de matéria-prima, materiais auxiliares e intermediários e são compensados com débitos próprios. Os saldos de IPI a recuperar correspondem a créditos de aquisição de matéria-prima, materiais auxiliares e intermediários e são compensados com débitos próprios e/ou outros débitos administrativos pela SRF. As retenções correspondem a imposto de renda na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras.					
5 - Ativo Imobilizado: 5.1 - Composição dos saldos:					
Taxas anuais de deprec.	2025	2024			
Descrição	Deprec. contábil	Valor contábil			
Terenos	743	743			
Prédios e construções	4%	10.761 (6.016)			
Equipamentos e Instalações Industriais	10%	31.596 (18.700)			
Equipamentos e Instalações de escritório	10%	1.221 (867)			
Veículos	20%	406 (326)			
Imobilizações em andamento	-	400			
Total	44.727 (25.909)	18.818 41.334 (23.636)			
5.2 - Conciliação do valor contábil líquido					
Descrição	31/12/25	2025	2024	31/12/23	
Terenos	743	-	-	743	
Prédios e construções	4.745	23	(380)	5.102	
Equipamentos e Instalações Industriais	12.896	3.716	(1.793)	10.973	
Equipamentos e Inst. de escritório	354	54	(63)	363	
Veículos	80	-	(37)	117	
Consórcios de veículos	-	-	-	11	
Imobilizações em andamento	-	(400)	-	400	
Total	18.818	3.793 (400)	(2.273)	17.698	
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e desta forma nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações contábeis.					
A Companhia não optou pela adoção do custo atribuído (deemed cost).					
6 - Ativo Intangível: Composição dos saldos:					
Descrição	Taxas Anuais de Amort. %	31/12/25	2025	2024	
Sistemas de Informática	20%	213	3	210	
(-) Amort. Acumuladas	-	(118)	(5)	(113)	
Total	-	95	(2)	97	
7 - Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos em moeda estrangeira são contratados a taxas de juros de 7,60% a 7,80% a.a. acrescidos da variação cambial do euro ou do dólar americano. As parcelas do passivo não circulante vencem de 2027 até 2028. Em 2027 a quantia anual de R\$ 320 e em 2028 a quantia de R\$ 282. 8 - Reserva de reavaliação: A reserva de reavaliação, realizada com base nas depreciações, baixas, ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para lucros acumulados. No exercício não houve realização de reserva. 9 - Patrimônio Líquido: Capital Social - O Capital Social de R\$ 13.085, está dividido em 13.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertence a acionistas domiciliados no país. A Reserva Legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Reserva de Investimento e Capital de Giro tem por finalidade reforçar o capital social, objetivando assegurar adequadas condições operacionais. 10 - Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.					
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (em milhares de reais)					
	2025	2024			
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício	12.686	7.370			
Ajustes em:					
Depreciação e amortização	2.278	2.213			
Variação de ativos e passivos:					
Clientes	739	(7.250)			
Impostos a recuperar	23	(73)			
Estoques	(1.836)	(2.567)			
Importações em andamento	261	(239)			
Outras contas a receber	5	43			
Despesas do exercício seguinte	(4)	32			
Depósitos judiciais	-	30			
Fornecedores	(586)	5.065			
Empréstimos e financiamentos	(320)	(2.452)			
Obrigações sociais e trabalhistas	987	765			
Obrigações tributárias	(176)	260			
Outras contas a pagar	(129)	(2)			
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	13.928	3.195			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de imobilizado e intangível	(3.396)	(2.110)			
Baixas de imobilizado	-	291			
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimentos	(3.396)	(1.819)			
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Dividendos distribuídos	(420)	-			
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	(420)	-			
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	10.112	1.376			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	15.549	14.173			
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	25.661	15.549			
Diretoria		Contadora			
Nair Buhler Schneck - Diretora	Marcia Helena Schneck - Diretora	Luis Henrique Schneck - Diretor	Martlene Fick Gernhardt - Téc. Contábil - CRC/RS 38.219		

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

Você no GeraçãoE

Toda quinta-feira no seu JC

Anuncie



País tem mais de R\$ 10,5 bi esquecidos em bancos

Empresas e pessoas físicas têm mais de R\$ 10,5 bilhões esquecidos em instituições financeiras no SVR (Sistema de Valores a Receber) do Banco Central. O valor acumulado em fevereiro é R\$ 59 bilhões maior que o do mês anterior, de acordo com dados divulgados ontem.

Segundo as estatísticas da autoridade monetária, são 47 milhões de pessoas físicas para receber 77,1% do montante (R\$ 8,1 bilhões), enquanto os 22,9% restantes (R\$ 2,4 bilhões) são direcionados a pessoas jurídicas.

Mas os valores por pessoa podem decepcionar. Dos beneficiários, 38 milhões (80,8%) devem receber entre R\$ 0 e R\$ 10, e apenas 1,2 milhão (2,5%) receberão acima de R\$ 1.000,01. Em fevereiro, foram sacados R\$ 392 milhões pelo SVR.

Para consultar se existe algum valor para receber, basta acessar o site do SVR de forma gratuita. É necessário informar CPF ou CNPJ e, caso haja saldo disponível, acessar o sistema com uma conta Gov.br de nível prata ou ouro.

Boa parte do valor está concentrado em bancos, cerca de R\$ 6,3 bilhões. Também há recursos em administradoras de consórcio (R\$ 2,6 bilhões), cooperativas de crédito (R\$ 953 milhões), instituições de pagamento (R\$ 361 milhões), financeiras (R\$ 218,6 milhões) e corretoras (R\$ 106,9 milhões).

SHOPPING JOÃO PESSOA S/A
CNPJ/MF 92.889.724/0001-56 - NIRE 433 00021297
Assembleia Geral Ordinária - Convocação
Convocamos os senhores acionistas para se reunirem às 09h do dia 28 de abril de 2026, na sede social, Av. João Pessoa nº 1831, 3º andar, nesta Capital, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Em Assembleia Ordinária: (a) Sobre a matéria contida nos artigos 132 e 152 da Lei 6.404/76, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2025; (b) Eleger os membros da administração e fixar o montante da remuneração dos administradores; (c) Eleger os membros da diretoria e fixar o montante da remuneração dos diretores.
Porto Alegre, 15 de abril de 2026.
Saul Veras Bof
Presidente do Conselho de Administração

Prefeitura Municipal de Bom Princípio
AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
Objeto: Credenciamento de livreiro, distribuidoras e editoras para participação da 18ª Edição da Feira do Livro de Bom Princípio. Período de Inscrição: 15/04/2026 até 30/04/2026. Edital e informações: www.bomprincípio.rs.gov.br. VASCO ALEXANDRE BRANDT
Prefeito Municipal

Granja Mangueira Agropecuária S/A CNPJ 96.013.693/0001-26 NIRE 43 3 0001033 3
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Ficam os senhores Acionistas da Granja Mangueira Agropecuária S/A convocados para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em 24 de abril de 2026, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, na Localidade de Curral Alto, BR 471, KM 590, no município de Santa Vitória do Palmar, RS, quando os senhores Acionistas serão chamados a deliberar sobre as matérias constantes na seguinte ordem do dia: (i) Leitura, discussão e aprovação do relatório da administração e das demonstrações contábeis e financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) Destinação do resultado do exercício. Santa Vitória do Palmar, RS, 13 de abril de 2026. Fernando Schild Ribeiro - Diretor. Milton Martins Moraes Filho - Diretor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026
O Município de Casca-RS, torna público que no dia 05/05/2026, às 13:30 horas, pelo Portal Eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, a comissão de licitações receberá documentos e propostas para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DA EMEI SEVERINO DAMO**. Informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitação, sito à Rua Tiradentes, 778, Casca RS, ou pelo fone (54) 3347-1622 ou 1227, Ramal 2015. Casca, RS, 14 de abril de 2026. JURANDI NERI PERIN, Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE PARECI NOVO
CONCORRÊNCIA Nº 02/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia destinados à execução de obra de ampliação de 155,85 m² da área existente do CRAS, referente a Emenda Fundo Social, vinculada ao **Programa de Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social/SUAS**, mediante Portaria 886, Processo SEI: 7100066635202312. Abertura dia 30 de abril 2026, às 14h, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>. Edital disponível no site <https://www.parecinovo.rs.gov.br/>. Informações telefone (51) 99646-3873 ou pelo e-mail: licitacao@parecinovo.rs.gov.br. Loreni Cristina Reinheimer, Prefeita Municipal.

MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Lic. 105/2026 Dispensa de Licitação 11/2026. Contratação da empresa INTERPARTES PECAS E SERVICOS, CNPJ 55.415.286/0001-68, para aquisição de radiador para manutenção da retroescavadeira JCB 3CX 2021I. Valor R\$3.978,00. BL art. 75, II, instruído pelo art. 72 da Lei Federal 14.133/2021. Editais disponíveis na íntegra no site: www.trespazos.rs.gov.br licitações 2026. Informações Fone 55 3522 0403. Arlei Luis Tomazoni – Prefeito.

MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Santa Cecília do Sul torna público que realizará o seguinte Processo Licitatório: **Concorrência Eletrônica nº 03/2026. Sessão de Disputa:** 06 de maio de 2026, às 09h00min. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à construção de Rua Coberta em estrutura metálica, a ser implantada na rua Maximiliano de Almeida, esquina com a Rua Porto Alegre, no Município de Santa Cecília do Sul, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme projetos, memoriais descritivos, planilha orçamentária e cronograma físico financeiro. Integra no site <http://www.santaceciliadosul.rs.gov.br> e informações adicionais pelo fone 54 3196-8535. Santa Cecília do Sul - RS, em 14 de abril de 2026. **Leonardo Panisson - Prefeito Municipal**

Prefeitura Municipal de Nova Roma do Sul
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 10/2026. Objeto: Exclusivo para empresas beneficiadas pela LC 123/06 para registro de preços de fornecimento de medicamentos. **Abertura:** 04/05/2026, 09h. **Modalidade: Concorrência nº 02/2026.** Objeto: Exclusivo para empresas beneficiadas pela LC 123/06, para contratação de empresa para execução de ajardinamento e qualificação do entorno do Complexo Municipal de Esporte e Lazer (quadra de areia), através do Convênio FPE 3655/2025. **Abertura:** 27/05/2026, 09h. Editais e anexos: www.novaromadosul.rs.gov.br. **Roberto Panazzolo - Prefeito Municipal.**

MUNICÍPIO DE PARECI NOVO
CONCORRÊNCIA Nº 01/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia destinados à execução de obra de reforma do CRAS, referente a Emenda Fundo Social, vinculada ao **Programa de Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social / SUAS**, mediante Portaria 886, Processo SEI: 7100066635202312, conforme descrição nos anexos do Edital. Abertura dia 30 de abril 2026, às 09h, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>. Edital disponível no site <https://www.parecinovo.rs.gov.br/>. Informações telefone (51) 99646-3873 ou pelo e-mail: licitacao@parecinovo.rs.gov.br. Loreni Cristina Reinheimer, Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO MEIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026: Aquisição de materiais esportivos. **ABERTURA:** 29.04.2026. **HORÁRIO:** 08 horas. **CONCORRÊNCIA Nº 006/2026:** Contratação de empresa para execução de infraestrutura de loteamento nas Ruas Úmbria, Marau Parobé. **ABERTURA:** 25.05.2026. **HORÁRIO:** 08 horas. **CONCORRÊNCIA Nº 007/2026:** Contratação de empresa para execução de fechamento de quadra esportiva Esperança de Rui Barbosa. **ABERTURA:** 26.05.2026. **HORÁRIO:** 08 horas. Os editais estão disponíveis no site: www.arroiodomeiros.com.br, no menu link Licitações. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Arroio do Meio (RS), pelo e-mail: licitacao@arroiodomeiros.com.br. **Arroio do Meio, 15 de abril de 2026. Sidnei Eckert - Prefeito Municipal**

MUNICÍPIO DE ITATIBA DO SUL
EXTRATO DE EDITAL
Pregão Presencial nº 011/2026 Tipo menor preço para serviços de logística de pacientes e documentos, com abertura dos envelopes de proposta de preço e documentos de habilitação, no dia 12/05/2026, às 14:00h, na sala da Secretaria de Administração do Município. Informações e cópia dos Editais, pelo site www.itatibadosul.rs.gov.br ou junto à Prefeitura sito à Avenida Antonilo Ângelo Tozzo, 845. Fone (54)30835040, em horário de expediente. Itatiba do Sul, 14 de abril de 2026. **VALDEMAR CIBUSLKI, Prefeito Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026
O Prefeito Municipal, torna público que no dia 05.05.2026, às 09:00 horas, pelo Portal Eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, a comissão de licitações receberá documentos e propostas para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO BASÁLTICA LINHA 20 PARIZZI**. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitação, sito à Rua Tiradentes, 778, Casca RS, ou pelo fone (54) 3347-1622 ou 1227, Ramal 2015. Casca, RS, 14 de abril de 2026. JURANDI NERI PERIN, Prefeito

MUNICÍPIO DE PARECI NOVO
AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026
CREDCIAMENTO
Objeto: Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas que tenham interesse em patrocinar a Escolha dos Soberanos da 9ª CITRUSFLOR, evento que ocorrerá no dia 22 de maio de 2026, conforme descrição nos anexos do Edital. Abertura dia 23 de abril 2026, às 10h. Edital disponível no endereço eletrônico <https://www.parecinovo.rs.gov.br/>. Informações telefone (51) 99646-3873 ou pelo e-mail: licitacao@parecinovo.rs.gov.br. Loreni Cristina Reinheimer, Prefeita Municipal

Flopal Florestadora Palmares Ltda.
CNPJ nº 92.980.333/0001-42 - NIRE JUCISRS nº 43200246513
INCORPORAÇÃO
Em 01/01/2026, a única sócia da **Flopal Florestadora Palmares Ltda.**, CNPJ nº 92.980.333/0001-42, e NIRE JUCISRS 43200246513 ("**Incorporadora**"), e a única sócia da **Industrial Madeireira Litoral Ltda.**, CNPJ nº 89.373.245/0001-78 e NIRE JUCISRS 43200679576 ("**Incorporada**") aprovaram a incorporação da Incorporada na Incorporadora. Como consequência: **a)** os ativos e passivos do patrimônio líquido da Incorporada foram absorvidos pela Incorporadora; **b)** os estabelecimentos e filiais da Incorporada foram encerrados; **c)** o capital social da Incorporadora foi diminuído, passando de R\$ 54.837.399,00 (cinquenta e quatro milhões, oitocentos e trinta e sete mil, trezentos e noventa e nove reais) para R\$ 22.089.238,00 (vinte e dois milhões, oitenta e nove mil, duzentos e trinta e oito reais); e **d)** a Incorporada foi declarada extinta, sendo a Incorporadora sua sucessora universal. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul: registros aprovando a incorporação. **Incorporadora:** registro sob o nº 11625056, em 24/02/2026. **Incorporada:** registro sob o nº 11625036, em 24/02/2026. Os documentos podem ser verificados em <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao>, protocolo 26/046.904-1 e código de segurança r2oA (Incorporadora) e protocolo 26/047.101-1 e código de segurança zioW (Incorporada). José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

Foco no que realmente importa.

ASSINE AGORA



Jornal do Comércio
O jornal de economia e negócios do RS

UM
POUQUINHO
DO
SEU
IMPOSTO
MUDA TUDO.

Doe parte do
Imposto de Renda
da sua empresa para
o Pão e contribua
com o futuro de
muitas crianças e
adolescentes.

Empresas podem
doar até 1% do valor
devido. Mas não
esqueça: é só até 27
de dezembro.

Saiba como em
paodospobres.org.br



Pão dos Pobres